

QUESTÃO SOCIAL NO BRASIL: CARACTERÍSTICAS PERMANENTES DE UM PAÍS DEPENDENTE E SEU IMPACTO NA ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL

SOCIAL ISSUE IN BRAZIL: PERMANENT CHARACTERISTICS OF A DEPENDENT COUNTRY AND ITS IMPACTS ON THE PERFORMANCE OF SOCIAL WORK

Antônio de Albuquerque Gonçalves Júnior¹
Geisiller Sandriny Figueiredo de Souza²

Resumo: Este texto tem por finalidade trazer aspectos sobre o desenvolvimento do capitalismo dependente brasileiro auxiliado pelos estudos de alguns intelectuais da Teoria Marxista da Dependência que podem contribuir/subsidiar a interpretação da particularidade da questão social no Brasil e seus desdobramentos no trabalho da/o Assistente Social em seu desenvolvimento histórico. Utiliza-se como metodologia a revisão de bibliografia que debate a Teoria Marxista da Dependência, especialmente Ruy Mauro Marini, Theotonio dos Santos e Jaime Osorio; autores que não necessariamente vinculados a esta corrente teórica, mas que discutem o caráter da dependência do Brasil como Heleith Saffioti e Florestan Fernandes e referências do Serviço Social. Tem-se, pois, como resultado que as relações sociais dependentes destacam um papel subalterno do Brasil na divisão internacional do trabalho e com uma particularidade no que se refere ao modo de extração de mais-valia: a superexploração do trabalho. Esses fatores interferem nas configurações que o Serviço Social brasileiro assume ao longo de seus oitenta e cinco anos, sobretudo na conjuntura atual, sendo necessário afirmar o seu caráter crítico e de defesa do projeto ético-político diante desse cenário.

Palavras-chave: Capitalismo Dependente. Questão Social. Serviço Social.

Abstract: This text aims to bring aspects about the development of Brazilian dependent capitalism aided by the studies of some intellectuals of the Marxist Theory of Dependence that can contribute/subsidize the interpretation of the particularity of the social issue in Brazil and its consequences in the work of the Social Worker in its historical development. The methodology is the review of bibliography that discusses the Marxist Theory of Dependence, especially Ruy Mauro Marini, Theotonio dos Santos and Jaime Osorio, authors who are not necessarily linked to this theoretical current, but who discuss the character of dependence on Brazil such as Heleith Saffioti and Florestan Fernandes and references from Social Service. It has, therefore, thus that dependent social relations highlight a subordinate role of Brazil in the international division of labor and with a particularity regarding the mode of extraction of added value: the overexploitation of labor. These factors interfere with the configurations that the Brazilian Social Service assumes during its

¹ Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco- UFPE. ORCID: 0000-0002-2737-0410 Link do Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8305507690909760> E-mail: antoniojnr968@gmail.com

² Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE. ORCID: 0000-0001-6063-1515 Link do Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3194996017550630> E-mail: geisiller.ssouza@hotmail.com

Artigo submetido em: 17 de outubro de 2021.

Artigo aceito em: 03 de janeiro de 2022.

p. 145-165. DOI: <https://doi.org/10.46551/rssp202208>

eighty-five years, especially in the current conjuncture, and it is necessary to affirm its critical and defense character of the ethical-political project in this scenario.

Keywords: Dependent Capitalism. Social Issues. Social Work.

INTRODUÇÃO

A definição do conceito de questão social tem passado por uma análise, a partir, sobretudo, da aproximação e consolidação do método marxista no Serviço Social, por um rigoroso e qualitativo trato, sendo entendida como consequência das contradições inerentes do modo de produção capitalista e do embate entre seus atores sociais principais – a burguesia e o proletariado.³ Esta definição não anula que a questão social tem suas particularidades e conformações peculiares em cada formação social, sendo, portanto, preciso analisar a partir desse entendimento “global” o concreto real das relações sociais vigentes de forma a empreender o significado histórico das relações que dão suporte ao surgimento e desenvolvimento do Serviço Social. Este texto tem, pois, como objetivo trazer aspectos sobre o desenvolvimento do capitalismo dependente brasileiro auxiliado pelos estudos da Teoria Marxista da Dependência que podem contribuir/subsidiar a interpretação da particularidade da questão social no Brasil e seus desdobramentos no trabalho da/o Assistente Social⁴, uma vez que essa nos auxilia a compreender “a dinâmica de acumulação que diferencia e indaga as modalidades de funcionamento específico do capitalismo dependente” (KATZ, 2020, p.141).

Para esse intuito as reflexões nesse texto se encontram dispostas em dois momentos, como tentativa de dispô-las de maneira clara. No primeiro momento nomeado *traços constitutivos da formação social dependente brasileira* tratamos das particularidades da constituição do capitalismo dependente no Brasil, colocando as características principais desse desenvolvimento, sobretudo em seus traços da superexploração da força de trabalho como elemento constitutivo para a produção do valor, baseado nos estudos de alguns intelectuais que contribuíram para o debate, especialmente Ruy Mauro Marini, Theotonio dos Santos, Jaime Osorio, Florestan Fernandes, Heleieth Saffioti, entre outros. No segundo,

³ Como bons exemplos desse trato podemos citar Iamamoto; Carvalho (2014), Iamamoto (2000), (2010), Netto (2011), Santos (2012).

⁴ Alguns dos temas relacionados à Teoria da Dependência retratados ao longo do texto são interpretados como debates polêmicos, por ser ainda um debate em aberto. Portanto, trataremos aqui de alguns pontos não como verdades absolutas, mas como forma de trazer ao debate a visão dos autores e autoras e por enxergar a importância de enfrentá-lo no âmbito do Serviço Social.

chamado *as expressões da questão social no Brasil dependente e o Serviço Social*, propomos apresentar uma análise das principais expressões e desdobramentos da questão social no Brasil e seus desdobramentos para o desenvolvimento da profissão e para o trabalho da/o Assistente Social a partir das leituras clássicas da categoria, como Marilda Yamamoto e Raul de Carvalho, José Paulo Netto, Manuel Manrique Castro entre outros.

TRAÇOS CONSTITUTIVOS DA FORMAÇÃO SOCIAL DEPENDENTE BRASILEIRA

A compreensão geral da formação e constituição do modo de produção capitalista, entendendo sua formulação global, sua lei geral de acumulação e seus mecanismos de reprodução, se mostram de fundamental importância para a apreensão do conceito de questão social, contudo, as mediações das particularidades nacionais indicam-nos os ditames próprios das expressões da questão social em cada território, sendo imprescindível para intervir na realidade ter esse conhecimento.

O Brasil tem sua inclusão nas relações sociais capitalistas de uma forma determinada por uma lógica de subalternidade - com sua inserção nessa cadeia imperialista, dentro da divisão internacional do trabalho de maneira subserviente - as bases desse processo podem ser vistas quando analisadas as conformações da nossa formação econômica ainda no Brasil colônia e império, onde este se estabelece como um país essencialmente transferidor de recursos e matérias-primas, baseado na superexploração da força de trabalho, o que nos relegará traços importantes em nossa particularidade, sobretudo, na transferência de valor para o centro do capital.

O emprego da mão de obra escrava se constituiu como um fator de relevância para o desenvolvimento de um capitalismo comercial, no Brasil colonial, e que representava para a época, uma fonte de capital necessário para o processo de expansão de uma economia baseada na "exploração do trabalho humano e de recursos naturais nativos para a exportação de mercadorias que atendessem aos interesses dos mercados externos" (CASTELO; RIBEIRO; ROCAMORA; 2020, p.3). O Brasil se constituiu, então, como berço para a aquisição de lucros e acumulação de riquezas para o desenvolvimento dos países colonizadores imperialistas. Contudo, segundo SAFFIOTI (1976) o processo de implementação do trabalho escravo em certa altura torna-se não tão rentável para a economia colonial brasileira, visto que seu capital é fixo e não é capaz de criar mais-valia relativa para o desenvolvimento de forma plena do sistema capitalista de produção.

Por outro lado, os processos violentos que foram instaurados pelos europeus acabaram radicalmente definindo o modo de produção e reprodução da vida dos nativos e povos negros no Brasil, que tem como causalidade a necessidade de instaurar uma dominação sobre essa população para que a metrópole e os países centrais legitimassem seu poder e atendessem aos interesses externos. Isso fica claro, uma vez que,

a acumulação originária, o colonialismo e o imperialismo são momentos de um sentido geral: uma sociedade e uma economia que se organizam para fora e vivem ao sabor das flutuações de interesses e mercados longínquos (IANNI, 1989, p. 68-9 apud BEHRING, 2003, p.86)

A mão de obra escravizada – dos indígenas e africanos – foi uma determinação lucrativa para designar o capitalismo europeu no seu processo acumulativo e de fortalecimento imperialista para inserir a América Latina no mercado internacional. O próprio sistema comercial que escravizava pessoas além de definir de forma danosa a cultura, os valores e a forma de vida dos povos no país, também desqualificou o conceito⁵ de trabalho, segundo Ianni (1989; 69-70 apud BEHRING, 2003, p. 87), uma vez que define a relação do capital e trabalho de forma desigual e contraditória, que legará à futura classe trabalhadora, que é majoritariamente negra, as piores formas de trabalho e remuneração e conformará através do racismo o elo de sustentação da exploração da nossa força de trabalho.

Essa relação subordinada e dependente das nossas relações será traço fundante do nosso capitalismo, visto que os processos de troca desigual e a subalternidade foram postos como características próprias nossa, posto que

a economia brasileira foi sempre determinada de fora, atendendo, assim aos interesses de uma burguesia, que historicamente, foi primeiro portuguesa e inglesa, em seguida apenas inglesa e finalmente norte-americana, francesa, inglesa, alemã, canadense etc. e sempre (a partir do momento em que há gerações brasileiras adultas) simultaneamente brasileira, mas que, em essência, constitui apenas uma burguesia internacional para cujas atividades econômicas inexistem fronteiras político-administrativas (SAFFIOTI, 1976, p.76).

Essa compreensão nos exemplifica como o processo de colonização se materializa enquanto metodologia de acumulação por espoliação (HARVEY, 2014) e nos relegam relações de subordinação econômica e política, estabelecendo um sistema econômico dependente -

⁵ Estamos aqui trabalhando a palavra conceito, para caracterizar a ideia social das ocupações nos postos de trabalho. A partir da direção marxista/marxiana, é fundamental deixarmos pontuado, tratamos o trabalho enquanto uma categoria de análise da realidade e não como um conceito.

integrado ao sistema mundial de produção, ainda que internamente as configurações de trabalho até o fim do século XIX não fossem plenamente capitalistas⁶.

O Brasil se estabelece, então, enquanto nação de base fundamentalmente agrária exportadora, nutrindo as necessidades básicas dos países centrais, num intercâmbio desigual, calcado numa exploração sem limites da sua força de trabalho escravizada, ao passo que estes países impulsionam seu processo de industrialização, uma vez que não necessitam de um grande incremento agrícola especializado em seu território, "foi isso que permitiu aprofundar a divisão do trabalho e especializar os países industriais como produtores mundiais de manufaturas" (MARINI, 2000, p.111). Essas características se acentuam ainda mais quando da passagem do século XIX ao XX, com a consolidação do modo de produção e reprodução tipicamente capitalista industrial no Brasil, porém, sob novas formas de exploração da força de trabalho, como nos lembra Marini (2000), retomando a necessidade de analisar o movimento real da formação do capitalismo dependente.

Como nos recorda Coutinho (2011) a transição para essa nova sociedade se dá por vias transversas, numa espécie de transição pelo alto, o que o autor nos coloca como transição por "via prussiana", mantendo uma relação entre o antigo e o novo, o arcaico e o moderno, "adaptou-se às estruturas e às funções de uma economia capitalista diferenciada, mas periférica e dependente (pois só o capitalismo dependente permite e requer tal combinação do 'moderno' com o 'arcaico', uma descolonização mínima, com uma modernização máxima)" (FERNANDES, 1987, p.176). Dessa forma, as relações que se colocaram nesta fase de capitalismo no Brasil trazem consigo os elementos de sua debilidade histórica, visto que são "incorporadas as estruturas coloniais na ordem social competitiva, visualizou-se aqui uma emancipação política dissociada da autonomia econômica" (MARQUES, 2018, p. 138).

Na entrada do século XX podemos caracterizar, de acordo com Dos Santos (2021); Marini (2000), mais precisamente o início do modo de produção capitalista fundamentalmente de tipo industrial no país, ainda que sem uma radical transformação com a participação de amplos setores da sociedade, existe nesse momento uma mudança do processo de sociabilidade brasileira. Há a constituição de um universo de urbanização e modernização por

⁶ Como nos mostra Marini (2000) "o sistema misto de servidão e de trabalho assalariado que se estabelece no Brasil, ao desenvolver-se a economia de exportação para o mercado mundial, é uma das vias pelas quais a América Latina chega ao capitalismo" (p.130)

via da instituição de um capitalismo embrionário e surgimento do nascente proletariado urbano ao passo que permanece todo um contingente que representa o interesse da aristocracia agrária, dessa forma, o desenvolvimento nessas primeiras décadas do século passado "prevaleceu uma acomodação intermediária, na qual se barganhava certa contenção da heteronomia nos níveis econômicos e técnicos, ao lado de uma contenção do mercado interno moderno, neutralizando as vantagens econômicas de um Estado nacional" (BEHRING, 2003, p.99).

É sobretudo a partir das transformações ocorridas na década de 1930 que teremos uma maior acentuação da classe trabalhadora "livre"⁷ para vender a sua força de trabalho de forma assalariada, que terá papel determinante no processo de acumulação desse capitalismo dependente brasileiro e latino-americano. Esse desenvolvimento do capitalismo mercantil no país tem processos de continuidades, como citamos anteriormente, com seus determinantes de subalternização em relação a divisão internacional do trabalho "na verdade, tratou-se do desenvolvimento de um mercado competitivo induzido de fora, adaptando a economia brasileira aos dinamismos das economias centrais, mas sem desencadear maiores possibilidades de autonomia" (BEHRING, 2003, p.103).

Dentro desse ciclo dependente de inserção brasileira ao capitalismo mundial há características que necessitam ser explicitadas - e que foram de alguma forma iniciadas aqui - acerca da utilização da força de trabalho. Essa não se opera da mesma forma que nos países centrais, existe entre nós uma forma ampliada de exploração da força de trabalho, o caráter da superexploração. Como forma de compensar a transferência de valor para o centro essa exploração está calcada em 3 fatores, haja vista: "a intensificação do trabalho, a prolongação da jornada de trabalho e a expropriação de parte do trabalho - configuram um modo de produção fundado exclusivamente na maior exploração do trabalhador e não no desenvolvimento de sua capacidade produtiva" (MARINI, 2000, p.125).

Esse processo coloca os trabalhadores brasileiros, e latino-americanos, sob um mecanismo específico de exploração do trabalho, que visa compensar uma perda de mais-valia nesse intercâmbio desigual

⁷ No modo de produção capitalista há um falseamento quanto à liberdade da classe trabalhadora, posto que essa está subsumida e subordinada à venda de sua força de trabalho aos proprietários dos meios de produção. A liberdade, no sentido marxiano, só existe quando da possibilidade de escolha entre alternativas concretas.

obtido através de uma maior exploração do trabalhador e não do incremento de sua capacidade. O mesmo se poderia dizer da prolongação da jornada de trabalho, isto é, do aumento da mais-valia absoluta na sua forma clássica; diferentemente do primeiro, trata-se aqui de aumentar simplesmente o tempo de trabalho excedente, que é aquele em que o operário continua produzindo depois de criar um valor equivalente ao dos meios de subsistência para seu próprio consumo. Deve-se assinalar, finalmente, um terceiro procedimento, que consiste em reduzir o consumo do operário mais além do seu limite normal, pelo qual 'o fundo necessário de consumo do operário se converte de fato, dentro de certos limites, em um fundo de acumulação de capital', implicando assim em um modo específico de aumentar o tempo de trabalho excedente" (MARINI, 2011, p.147-148).

O incremento da intensidade do trabalho nesse contexto se dará em contraponto ao que se ocorre nos países centrais, no lugar de uma passagem à uma mais-valia relativa, tem-se o incremento da mais-valia absoluta.⁸

O aumento da produtividade no Brasil, como nos traz o autor, nesse sentido, não significa um aumento da qualidade de vida, de valorização da sua força de trabalho e das condições de vida, pelo contrário, repõem as determinações da estrutura do capitalismo dependente de forma acentuada, uma vez que conduz o país dependente a buscar uma compensação da "perda de renda gerada pelo comércio internacional, através do recurso a uma maior exploração do trabalhador" (MARINI, 2000, p.122), e como pontuamos anteriormente, essa superexploração terá um caráter especial nas populações nativas e negras. A força de trabalho sob essas circunstâncias é vilipendiada de suas condições de reprodução social via o dispêndio no tempo de trabalho excedente - acima dos níveis das populações centrais - e em sua remuneração abaixo de seu valor que não lhe concede o suficiente para que reponha as condições de sua manutenção. Nesse sentido podemos constatar que

na perseguição das condições estruturais de desenvolvimento do capitalismo brasileiro, são vislumbrados três processos fundamentais: a incapacidade de romper com a associação dependente com o exterior (heteronomia); a incapacidade de desagregar completamente os setores arcaicos; e a incapacidade de superar o subdesenvolvimento gerado pela concentração da riqueza (BEHRING, 2003, p. 102).

As transformações pelas quais o capitalismo brasileiro passa no início do século XX, notadamente a partir do período entre guerras, está marcada por um processo de estratégias de expansão do capital, utilizando os territórios dependentes para construção de matérias-primas e depois de capitais secundários, contudo, mantendo sua composição de país agroexportador, "a profunda contradição que haverá caracterizado o ciclo do capital dessa

⁸ Para uma maior compreensão dessa lógica entre o aumento da produtividade, mais-valia absoluta e relativa e a superexploração do trabalho conferir Marini (2000, p. 113-126).

economia e seus efeitos sobre a exploração do trabalho incidirão de maneira decisiva no curso que tomará a economia industrial latino-americana, explicando muitos dos problemas e das tendências” (MARINI, 2000, p 135), caracterizado pelas marcas que aludimos nas relações de superexploração da força de trabalho e na construção distinta do processo de circulação das mercadorias⁹.

Outro momento de salto da economia industrial que é de importante destaque está compreendido a partir dos anos 1950, onde o capital industrial internacional, aliado ao esforço do Estado brasileiro, alavanca o processo de expansão do capital, com a importação de maquinários, maior qualificação da mão de obra – ainda que não majoritariamente – e ampliação das grandes cidades, movimento esse que deu origem aos movimentos e tendências teóricas, de diversas e até contraditórias formas, de desenvolvimentismo na região¹⁰ (DOS SANTOS, 2021).

Contudo, “[...] a indústria seguiu sendo ali uma atividade subordinada à produção e à exportação de bens primários, que constituíam, estes sim, o centro vital do processo de acumulação” (MARINI, 2000, p.136). Mas, que proporciona a composição da formação de um mercado consumidor, alterando, ainda que minimamente, no interior da economia entre a esfera alta¹¹ e a esfera baixa¹² de circulação. E reconfigura a divisão internacional do trabalho, onde os países dependentes exercem em suas indústrias etapas inferiores enquanto no as economias imperialistas executam tarefas avançadas, por exemplo a indústria eletrônica.

Esses acontecimentos, alinhados às transformações de classe, a organização de movimentos de trabalhadores em seus sindicatos e a atuação de partidos políticos (em especial o papel que cumpre o PCB), de intelectuais e outros movimentos de massa, engendram um caldo cultural e de questionamentos, ao fim da década de 1950 e início dos anos 1960, sobre o desenvolvimento nacional e seus marcos dependentes. Que, como podemos ver em

⁹ Para um maior aprofundamento sobre o tema da circulação de mercadorias nas relações dependentes e sua diferenciação com os países centrais, conferir Marini (2000, p. 137-143).

¹⁰ Um pensamento majoritário dentro das vertentes do desenvolvimentismo entendia o subdesenvolvimento como uma etapa a ser superada, como uma fatalidade que estaria remediada com a expansão de um processo de industrialização do país, ainda que sem romper com o seu processo dependente. Para melhor compreensão ver Dos Santos (2021), Marques (2018), Netto (2015) e Marini (2000).

¹¹ Própria dos capitalistas e de uma classe média abastada e tem seu consumo vinculado aos produtos de origem do comércio de importação (MARINI, 2000, p.135).

¹² Esfera da circulação em que participam os trabalhadores, que está baseada na produção interna, sobretudo para a subsistência dessa força de trabalho que tem baixos rendimentos (MARINI, 2000, p.135).

Netto (2015), se dá por questionamentos à formação econômica baseada em atividades econômicas básicas internas com objetivo de exportação; a ausência de uma radical ruptura com o estatuto colonial; uma estrutura de classes com uma burguesia servil e antinacional, além do caráter de nosso desenvolvimento capitalista estar ainda precocemente engendrando o monopólio e com uma experiência industrializante tardia. Uma vez que "desde os projetos de integração econômica regional e subregional até o desenho de políticas agressivas de competição internacional, se assiste em toda a América Latina à ressurreição do modelo da velha economia exportadora" (MARINI, 2000, p.150).

Nessa quadra do sistema dependente, o projeto imperialista e da burguesia nacional servil vê-se na necessidade de contra restar esse processo de contestações. O golpe empresarial-militar em 1964 conforma-se, então, como forma de se opor ao tensionamento de dois modelos que são contraditórios entre si - aquele que representava anseios de um aprofundamento da dominação burguesa de forma a continuar a subalternidade brasileira e aquele com traços democrático-populares e nacional - e que representa também em relação ao processo de formação brasileira um movimento de continuidade e ruptura, aquilo que se caracterizará como a modernização conservadora (NETTO, 2015). Ainda nas palavras do autor

[...] o Estado erguido no pós-64 tem por funcionalidade assegurar a reprodução do desenvolvimento dependente e associado, assumindo, quando intervém diretamente na economia, o papel de repassador de renda para os monopólios, e politicamente mediando os conflitos setoriais e intersetoriais em benefício estratégico das corporações transnacionais na medida em que o capital nativo ou está coordenado com ela ou com elas não podem competir (idem, p.44).

A ditadura empresarial-militar marca então - ainda que se configure como um novo cenário para o movimento de acumulação no Brasil com seu modelo econômico e consolidação do capitalismo monopolista - um processo de inclinação econômica e política para a defesa do modelo dependente e do imperialismo (OSORIO, 2019), tentando interromper o caldo emergente de contestações das classes subalternas acerca do desenvolvimento nacional por meio da autocracia burguesa, movimento que ficará vigente até a última quadra dos anos setenta, quando demonstra sinais de sua degradação.

A erosão do processo ditatorial na década de 1980 não interrompe a tradição heteronômica do capitalismo brasileiro, apesar da intensa movimentação popular, de partidos políticos retomando a cena, intelectuais, sindicatos, etc. pela redemocratização política, indo

às ruas por reformas e por uma nova constituição, que vai desembocar na Carta Magna de 1988. Embora se obtenha algumas conquistas, a década de noventa traz um componente que acentua o legado de desigualdade deixada pela ditadura e sua vinculação ao capital imperialista, a adoção da métrica e do modelo neoliberal.

Este período corresponde a uma reconfiguração no trato das relações de dependência e do processo de acumulação do capital, uma vez que as práticas neoliberais servirão como método para reverter a tendência da queda da taxa de lucros. O neoliberalismo, por conseguinte, vai se consolidar como “estratégia de dominação da classe burguesa e de seus aliados para responder à crise vivida na década de 1980, a qual proporcionou um substantivo movimento de democratização, a retomada da luta sindical e o surgimento de movimentos sociais importantes no campo e na cidade” (BRETTAS, 2017, p.61).

Há um processo de transformar as relações de trabalho, tornando-as ainda mais intensificadas pelo modelo flexível, a ampliação do desemprego e por uma ampliação da financeirização (ANTUNES, 1999), sobretudo em sua “apropriação do fundo público, a qual mantém relação com a criação de mecanismo para transferir valores arrecadados pelo Estado para as mãos do grande capital nacional e estrangeiro” (BRETTAS, 2017, p.62), uma vez que há a necessidade decorrente de nossa dependência de transferência de valor, “em outras palavras, o fenômeno da financeirização pressiona uma reorganização da base produtiva, locus da geração da riqueza” (idem).

Essa tendência neoliberal, apesar de ter tido uma configuração mediada pelas contradições dos governos social-liberais do PT nos anos 2000, sob o mote de neodesenvolvimentismo, não alteraram sobremaneira a configuração geral do processo de acumulação capitalista no Brasil, pois, “[...] esse quadro não altera em nada a essência das modalidades de exploração do trabalho no Brasil porque não altera suas particularidades [...]” (SANTOS, 2012, p.439).

A dinâmica de aprofundamento da dependência do capitalismo brasileiro acentuou-se no século XXI, sobretudo com a reconfiguração da luta de classes a partir do rompimento da modalidade de conciliação, iniciando um processo de radicalidade e contraofensiva do capital, tendo como marco o ano de 2016 e arrastando-se à atualidade. Há uma investida nas bases

que sustentam os direitos trabalhistas e nas políticas sociais, buscando formas de apropriar-se dos bens e serviços públicos e de aumentar as taxas de lucro, escancarando as portas do país ao imperialismo. Como nos lembra Antunes (2020, p.288) "as principais resultantes desse processo foram desde logo evidenciadas: deu-se uma ampliação descomunal de novas (e velhas) modalidades de (super)exploração do trabalho, desigualmente impostas e globalmente combinadas pela nova divisão internacional do trabalho na era dos impérios"

Os traços aqui trazidos dão, ainda que de forma breve, um balanço da formação social dependente e suas principais características. A especificidade da superexploração, conforme os autores tratados, se dará nos países de economia periférica e dependente, seguido das características apresentadas no artigo: a intensificação do trabalho, por meio da superexploração, a prolongação da jornada de trabalho e a expropriação de parte do trabalho, onde o trabalhador, grosso modo, produz o que não consome e consome o que não produz, esta é a síntese das características do processo de produção e troca de mercadorias nas relações capitalistas dependentes. A partir disso, podemos compreender como as expressões da questão social, que engendraram o nascimento do Serviço Social, se conformam e dão lastro à intervenção da profissão.

EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL NO BRASIL E O SERVIÇO SOCIAL

Estes elementos que brevemente traçamos até aqui - sobre a configuração da nossa formação social dependente - nos ilumina para entender os desdobramentos na luta de classes e nas resoluções que são apresentadas para dar respostas às expressões da questão social, uma vez que a maneira de produzir a vida material supõe uma determinada forma de reprodução dessa vida.

A disposição dependente nos deixa legados que serão traços constitutivos da nossa sociabilidade, tendo como principais expressões da questão social: o alto índice de desemprego, aliado a condição de informalidade do trabalho, a baixa escolaridade de uma parcela considerável da população, a fome, a concentração demasiada de terras e da riqueza socialmente produzida, a superexploração da força de trabalho e as parcas Políticas Sociais, esses são alguns dos traços que particularizam as expressões sociais advindas dessa relação dependente. Portanto, é no bojo dessas expressões da questão social que em busca de

mediações temos o lócus onde origina-se o Serviço Social e seu espaço de intervenção, que dentro da divisão social e técnica do trabalho está inserido no processo da reprodução das relações sociais.

Segundo Iamamoto e Carvalho (2014) nos mostram, o trabalho da/o Assistente Social é permeado por características contraditórias que representam interesses das classes sociais fundamentais no capitalismo. Dessa forma, o/a agente profissional é tensionado/a a dar respostas no âmbito dessas relações sociais, onde o/a "Assistente Social atua na implementação de medidas de política social concretizadas através dos serviços sociais, procura-se marcar o significado desses serviços na sociedade burguesa, na óptica do capital e do trabalho" (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p.28)

Como apontamos anteriormente, a composição, aprofundamento e complexificação das relações tipicamente capitalistas de tipo industrial se dão a partir de 1930, e é nesse período que, como nos aponta os estudos de Iamamoto; Carvalho (2014), o Serviço Social em sua processualidade instaura o seu andamento de profissionalização, com a construção das primeiras escolas a partir de 1936 (SP), implicando um esforço de colocar a/o Assistente Social como um profissional qualificado para inserir-se nos processos das relações sociais capitalistas, pois a profissão vai habilitar-se como um instrumento, "instrumento esse que deve modificar-se, constantemente, em função das características diferenciadas da luta de classes e/ou das formas como são percebidas as sequelas derivadas do aprofundamento do capitalismo" (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p.23).

Dentro dessa ótica e na articulação com o debate sobre o capitalismo dependente podemos empreender como a produção baseada na superexploração do trabalho, com baixa remuneração e com seu traço heteronômico e subalterno "[...] gera agudas fraturas sociais: ilhas de riqueza no meio de um mar de pobreza, trabalhadores esgotados prematuramente, miséria e desemprego" (OSORIO, 2019, p.209). E diante dessas expressões da questão social, dos processos das lutas de classe surgem necessidades e espaços de intervenção no qual o Estado e as frações da classe dominante tendem, a partir das lutas e pressões sociais, intervir na relação capital/trabalho, abrem-se, portanto, espaços para o trabalho do/a Assistente Social, seja nas empresas ou nos embrionários espaços do Estado.

Nesse contexto inicial da intervenção fica nítido o trabalho de constituição dessa força de trabalho a esse novo quadro, de conformação de uma classe operária nascente e crescente aos ditames desse modo de exploração, por meio da metodologia baseada na ideia de adaptação e ajustamento à ordem, através de seus trabalhos individuais e grupais, tendo como pressuposto, num primeiro momento os ideais cristãos, e, posteriormente, quando da complexificação e de uma profissionalização e processo de laicização do Serviço Social, do positivismo, com o objetivo de "contenção e controle de possíveis insubordinações do conjunto da população trabalhadora submetida a um processo intenso de exploração" (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p.85).

O/a Assistente Social é, portanto, requisitado para auxiliar no processo de adaptar o trabalhador às formas de superexploração e extração de trabalho excedente, que tem sua remuneração abaixo do valor real para sua subsistência e de sua família, além de ter que lidar com um contingente de trabalhadores desempregados e que não tem acesso às poucas formas de proteção social existentes, decorrentes de uma *cidadania regulada* (SANTOS, 1978), fruto da troca desigual do capitalismo dependente que transfere valor da periferia para o centro, contribuindo, assim, para uma produção desigual de proteção social.

É com o avanço da intensificação do processo produtivo na década de cinquenta que o Serviço Social, latino-americano e brasileiro, em contato com as teorias do desenvolvimentismo e as influências diretas dos órgãos americanos ou sob sua ingerência (OEA, UNICEF), tem intensificado o seu papel social e encontra base no Desenvolvimento de Comunidade (DC) ou Desenvolvimento e Organização de Comunidade (DOC) para sua intervenção.

Tal concepção tem, nessa realidade dependente, um papel de dar continuidade, sobre novas bases, que são repletas de contradições, ao ajustamento da classe trabalhadora ao processo de "*desenvolvimento do subdesenvolvimento*" (FRANK, 1967), tendo por base "uma perspectiva profundamente funcionalista no trato da questão social e o seu desenvolvimento, quase exclusivamente, está centrado nas peculiaridades norte-americana" (CASTRO, 2000, p.142), ou seja, tem-se o objetivo de colocar as marcas do subdesenvolvimento apenas com uma etapa a ser superada, escamoteando as bases reais de nossa dependência.

Contudo, esse modelo passa por um processo de erosão, a partir de uma maior movimentação e contestação do campo democrático-popular, de acirramento da luta de classes e de críticas no âmbito das Ciências Sociais. O Serviço Social, latino-americano e brasileiro, encontra-se nesse bojo questionando a sua funcionalidade na superação do subdesenvolvimento e da adequação das intervenções e respostas às expressões da questão social. Dessa confluência há alguns caminhos que o conjunto profissional tomará, tanto na perspectiva de modernização quanto de ruptura com esse Serviço Social tradicional.

A fase acentuada dos monopólios, instaurada sob os ditames da *autocracia burguesa*, engessa os movimentos de contestação com sentido de ruptura dentro da categoria, e passa a demandar um fazer profissional distinto, com um padrão técnico, um profissional moderno, com isso reclama transformações, condizentes com a racionalidade da ditadura empresarial-militar, nas "modalidades interventivas para responder às novas demandas, os padrões imperantes na reprodução da categoria profissional, as suas formas organizativas, as influências teórico-culturais, as suas elaborações teóricas e as suas (auto) representações" (NETTO, 2015, p.154), e que segundo o autor tem duas vertentes que servem nessa quadra: a *Perspectiva Modernizadora* - tendo núcleo central em colocar o Serviço Social como interveniente, dinamizador e integrador, no processo de desenvolvimento da ditadura - e a *Reatualização do Conservadorismo*, que como o nome indica, recupera o elementos da herança conservadora sob novos determinantes modernos.

Nesse sentido, "o Estado burguês no capitalismo monopolista procura administrar as expressões da "questão social" de forma a atender às demandas da ordem monopólica conformando, pela adesão que recebe de categorias e setores cujas demandas incorpora, sistemas de consenso variáveis, mas operantes" (NETTO, 2011, p. 30) que em nosso modelo subordinado teve como corolário o processo de interrupção dos processos democráticos-populares, para garantir a continuidade do projeto imperialista de superexploração do trabalho e aprofundamento da dependência, aceitando o papel de sócio menor do grande capital (DOS SANTOS, 2021) e reforçando nesse contexto o papel do Assistente Social enquanto um agente de conformação do projeto dependente.

Esse modelo, entretanto, mostra sinais de corrosão ao final dos anos setenta, com o final do falso "milagre" econômico ocorrido entre 1967-1974, baseado, em última instância, na

estratégia de rebaixamento dos salários, contenção dos créditos estatais, aumento da arrecadação fiscal e política cambial voltada para as exportações. "O que se chamou de 'milagre brasileiro' ou 'modelo brasileiro' estava fundamentado na constatação de que o capitalismo dependente pode encontrar mercado além de seus trabalhadores, criadores da riqueza do país" (DOS SANTOS, 2021, p136). Diante disso há o retorno intensivo das lutas populares e organizações de trabalhadores (vide as greves no ABC e quadrilátero mineiro)¹³, bem como o retorno ativo do movimento estudantil.

A profissão não está alheia a esse quadro social, setores de vanguarda vinculados a esses movimentos põem-se no caminho de crítica ao conservadorismo e ao Serviço Social "Tradicional". Coloca-se, então, a outra vertente que Netto (2015) denomina de *intenção de ruptura*, a qual tem como horizontes as lutas democráticas, o rompimento com as práticas prático-profissionais e teórico-metodológicas do tradicionalismo e uma aproximação ao marxismo¹⁴, "o fato central é que a perspectiva da intenção de ruptura, em qualquer de suas formulações, possuiu sempre uma ineliminável caráter de oposição em face da autocracia burguesa"(NETTO, 2015, 316) e tem, portanto, oposição à natureza do desenvolvimento econômico e social da ditadura empresarial-militar e seu aprofundamento da dependência.

É com o cenário de lutas democráticas nas décadas de 1980 e 1990, com o amadurecimento teórico, assim como das instâncias de organização política - com a expansão da participação do Serviço Social no âmbito acadêmico, sobretudo nas pós-graduações - a aprovação da Constituição de 1988, com a elaboração dos Códigos de Ética de 1986 e 1993 e diretrizes curriculares de 1996 que a profissão dá um passo além, *a contrapelo da história*, numa conformação de uma nova racionalidade em suas práticas teórico-metodológica, ética-política e técnico-operativa.

Tendo em vista o rompimento com os modelos advindos da subalternidade e dependência de nosso país, o Serviço Social busca vincular-se a uma nítida concepção

¹³ Movimentos que se colocaram na esteira do processo de implosão do "milagre" econômico e de aumento da desigualdade e diminuição da qualidade de vida dos trabalhadores e suas famílias e que serviram de respostas ao processo dual de abertura e repressão postos no final dos anos setenta. Reivindicava-se melhores condições de trabalho e retorno da liberdade e autonomia sindical, mas não só, "a partir das ações dos trabalhadores de São Paulo vai-se entendendo que a sociedade brasileira quer mais: quer a total democratização do país" (DOS SANTOS, 2021, p. 292)

¹⁴ Que José Paulo Netto (2015) coloca como inicialmente uma aproximação com problemas, visto ser uma aproximação a um marxismo "sem Marx" devido ao ritual manualesco das obras.

civilizatória distinta, tendo como horizonte a construção de uma nova ordem societária, livre de todas as formas de exploração, vinculando-se a um outro projeto societário, de cunho anticapitalista, e profissional vinculado a esse projeto societário, procurando uma nova forma de intervenção nas expressões da questão social.

As configurações, entretanto, dos anos das décadas seguintes (nos anos 1990 e 2000¹⁵), acentuam, por meio do neoliberalismo, a “tradição” dependente e subalterna de nossa formação social - como apontamos no tópico anterior - por meio da ampliação da financeirização, da privatização de serviços públicos e da contrarreforma dos direitos e das políticas sociais e trabalhistas que amplia a superexploração da força de trabalho e entrega ainda mais o país nas mãos do grande capital (nacional e internacional),

[...] em outras palavras, o fenômeno da financeirização pressiona uma reorganização da base produtiva, locus da geração da riqueza. Esta dinâmica, fortalecida pelas políticas de ajuste fiscal, reforça e amplia a transferência de valor em direção aos países imperialistas, bem como aprofunda os mecanismos de superexploração da classe trabalhadora (BRETTAS, 2017, p.63).

Esse contexto influi diretamente no trabalho do Assistente Social, posto que seu trabalho tem como locus principal as Políticas Sociais. Além das consequências enquanto trabalhador assalariado, que também tem as suas condições vilipendiadas, como nos mostra lamamoto (2000) essas transformações “implicam radicais mudanças na divisão social e técnica do trabalho, afetando, além das políticas sociais, as políticas de emprego e salário e o mercado de trabalho. Atingem, assim, de forma particular o Serviço Social, como uma das especializações do trabalho na sociedade” (p.112).

Com esses traços levantados, de uma contradição entre o projeto ético-político e a reconfiguração do capitalismo dependente sob o mote neoliberal, vemos que ideologia liberal-capitalista põe obstáculos às tentativas de uma oposição vinculada a um projeto democrático-popular à dependência e a construção de políticas sociais que instituem possibilidades de uma reprodução social distinta, “a síntese deste modelo é um arranjo pulverizado de ações emergenciais, que nem de longe se propõem à transformação, sequer imediata, das condições de vida da população” (PAIVA; ROCHA; CARRARO, 2010, p.172).

¹⁵ Que terão mediações fruto da configuração das lutas de classes no Brasil.

Nessa lógica, as transformações no âmbito da produção e comercialização que são ditadas pelo capitalismo imperialista, impulsionam os países de capitalismo dependente, como o Brasil, a fazerem reformas de Estado e, conseqüentemente, na relação deste com a sociedade. Dessa forma, as ações do Estado brasileiro firmadas em burocracias passam para uma lógica administrativa gerencial que agrava as condições da vida social com suas atividades que se voltam para uma "publicização" da coisa pública e que, de acordo com lamamoto(2000) "nesses novos tempos, em que se constata a retração do Estado no campo das políticas sociais, amplia-se a transferência de responsabilidades para a sociedade civil no campo da prestação de serviços sociais" (p.125).

As conquistas no âmbito social a partir da Constituição Federal de 1988 são encaradas como processos encarecedores para o Estado e para o desenvolvimento econômico de um país em crise, por isso se estabelece a partir das ofensivas neoliberais privatizações de serviços de Saúde, Educação e Cultura, que batem de frente com as conquistas sociais. Os cortes nas políticas sociais, a transferência de responsabilidade para os setores privados e Organizações não governamentais - ONG's - se dá à luz de um processo de financeirização da despesa externa e evidencia a profunda dependência econômica com o imperialismo capitalista, uma vez que o Fundo Público - que tem sua finalidade em investir em setores sociais estratégicos e no tripé da seguridade - tem sua maior porcentagem direcionada para o pagamento dessa dívida impagável. Nesse sentido, as condições materiais da vida social são afetadas diretamente, bem como impactos são sentidos no mercado de trabalho do assistente social, o que colide com o Projeto Ético Político profissional que está comprometido com os projetos societários e de sociedade distintos dessa racionalidade liberal burguesa de aprofundamento da dependência.

Logo, há uma necessidade de uma reafirmação desse Projeto Ético Político, a partir do papel pedagógico do Assistente Social, contribuindo para a construção de uma consciência emancipatória, em busca de criar consenso contra hegemônico para contrariar os ditames do capital¹⁶. Portanto, a partir disso, é necessário reafirmar a importância da pesquisa, da produção de conhecimento, para uma aproximação da realidade, que possibilite uma prática mediada pela integração das dimensões técnico-operativa, ético-política e teórico-metodológica

¹⁶ Sem recair aqui no que Marilda lamamoto (2000) descreve como militantismo e messianismo da profissão.

(IAMAMOTO,2000), bem como reiterar a relevância de uma prática interventiva e propositiva das organizações políticas da categoria como forma de enfrentar esse projeto dependente e de barbarização da vida social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista os aspectos apresentados procuramos demonstrar com base na Teoria Marxista da Dependência como o Brasil em seu processo de formação social estabelece seu papel na divisão internacional do capitalismo como uma nação dependente, e que, apesar das contradições ao longo dos ciclos de crescimento econômicos e de uma aparente "independência" formal, se mostrou rendida aos ditames do capital financeiro e externo.

Com isso, alguns traços tornaram-se particulares ao nosso país na relação de produção e reprodução da vida social. O capitalismo dependente estabeleceu entre nós a necessidade de uma exploração diferenciada em relação aos países centrais para constituição do valor, vide a imposição permanente de transferência de valor, postos seus fundamentos ainda no Brasil Colônia e que têm continuidade com a passagem às formas tipicamente capitalistas no século XX, esse mecanismo é a superexploração da força de trabalho.

Mas essa relação não se dá forma linear e sem contradições, com a complexificação do tecido social brasileiro, sobretudo a partir de 1950, a marcha das lutas de classe também se agudizam, entrando em confronto distintos projetos, seja no sentido de conformar e ampliar a dependência nacional ou de ruptura com essa sociabilidade. Esses últimos projetos foram interrompidos por projetos autocráticos que buscaram refrear os impulsos democrático-populares e dar seguimento no projeto servil da burguesia nacional em aliança com os países imperialistas.

Apesar da erosão do processo autocrático na quadra dos anos 1980, nas décadas seguintes, a despeito da configuração de lutas e processo de retomada da democracia, o projeto de entrega nacional e continuidade do estatuto servil e subalterno tem sinais de recrudescimento com o neoliberalismo e seu discurso de modernização das relações sociais baseada na eficiência e competitividade (CASTELO, 2013), mas que continua impor a classe trabalhadora brasileira uma acentuação de sua característica basilar, a exploração da força de trabalho levada às últimas consequências.

Essas reflexões subsidiam-nos para uma melhor percepção da gênese e desenvolvimento da questão social e suas particularidades numa formação dependente, assim como da constituição do Serviço Social brasileiro, mediatizando os desdobramentos desse contexto nas práticas profissionais e seu papel social na divisão social do trabalho ao longo do processo de seu desenvolvimento nesses oitenta e cinco anos.

Logo, compreender as bases sobre as quais as relações sociais de produção e reprodução da vida se desenvolvem é um dos caminhos essenciais para que a/o Assistente Social desenvolva um trabalho no sentido de reafirmar os princípios éticos e contrapor-se às "armadilhas" postas na contemporaneidade no movimento complexo da luta de classes e nas relações desta com o Estado, onde há um embate entre os projetos societários e profissionais defendidos pela profissão e o projeto liberal burguês, tencionando para consolidar o nosso posicionamento de *reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a elas inerentes; da defesa intransigente do direitos humanos e recusa do arbítrio e pela construção de uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero* (BRASIL, 2012).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo, Boitempo, 1999.

_____. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

BEHRING, E. **Brasil em Contra-Reforma**: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003.

BRASIL. **Código de ética do/a assistente social**. Lei n. 8.662/93 de regulamentação da profissão. 10. ed. rev. e atual. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012.

BRETTAS, Tatiane. Capitalismo Dependente, Neoliberalismo e financeirização das políticas sociais no Brasil. **Temporalis**, Brasília, ano 17, n.34, p.53-76, jul./dez. 2017.

CASTELO, Rodrigo. **O social-liberalismo**: auge e crise da supremacia burguesa na era neoliberal. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

CASTELO, Rodrigo; RIBEIRO, Vinicius; ROCAMORA, Guilherme de; Capitalismo dependente e as origens da "questão social" no Rio de Janeiro. São Paulo, **Serviço Social & Sociedade**, n.137, p. 15-34, jan/abr. 2020.

CASTRO, Manuel Manrique. **História do Serviço Social na América Latina**. Tradução de José Paulo Netto e Balkys Villalobos. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2000.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Cultura e sociedade no Brasil**: ensaios sobre idéias e formas. 4.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

DOS SANTOS, Theotonio. **Evolução histórica do Brasil**: da colônia à crise da nova república. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2021.

FRANK, Ander Gunder. El desarrollo del subdesarrollo. **Pensamiento Crítico**, Habana, n. 7, p.159-172, ago. 1967.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 41 ed. São Paulo: Cortez, 2014.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O serviço social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional, 3 ed. São Paulo: Cortez, 2000.

----- **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

KATZ, Claudio. **A teoria da dependência 50 anos depois**. Tradução de Maria Almeida. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. In: SADER, Emir (org.). **Dialética da dependência**: uma ontologia da obra de Ruy Mauro Marini. Petrópolis: Vozes; Buenos Aires: CLACSO, 2000.

----- Dialética da dependência. In: TRASPADINI, R; STEDILE, J. P. **Ruy Mauro Marini: vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2011. p. 131-172.

MARQUES, Morena Gomes. Capitalismo dependente e cultura autocrática: contribuições para entender o Brasil contemporâneo. **R. Katál**, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 137-146, jan./abr. 2018.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. 8 ed. São Paulo: Cortez editora, 2011

----- **Ditadura e Serviço social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 17 ed. São Paulo: Cortez editora, 2015.

OSORIO, Jaime. **O Estado no centro da mundialização**: a sociedade civil e o tema do poder. Tradução de Fernando Correa Prado. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. Petrópolis: Vozes, 1976.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Cidadania e Justiça**: a política social na ordem brasileira. Rio de Janeiro, Editora Campos, 1978.

SANTOS, Josiane Soares. **"Questão Social"**: particularidades no Brasil. 1ed. São Paulo: Cortez editora, 2012.

----- Particularidades da "questão social" no Brasil: mediações para seu debate na "era" Lula. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n.111, p.430-439, jul./set., 2012.

GONÇALVES JÚNIOR, A. A; SOUZA, G. S. F.

Questão Social no Brasil: características permanentes de um país dependente e seu impacto na atuação do Serviço Social

PAIVA, Beatriz; ROCHA, Mirella; CARRARO, Dilceane. Política Social na América Latina: ensaio de interpretação a partir da Teoria Marxista da Dependência. **SER Social**, Brasília, v.12, n.26, p.147- 175, jan./jun. 2010.